

UFABC: DA UNIVERSIDADE NOVA À UNIVERSIDADE DE CLASSE MUNDIAL?¹

UFABC: *UNIVERSIDADE NOVA* OR WORLD CLASS UNIVERSITY?

BARREYRO, Gladys Beatriz

LIMA, Maria Flávia Batista

Resumo: O texto apresenta resultados de pesquisa sobre uso dos *rankings* acadêmicos em universidades públicas brasileiras. Os *rankings* existem desde o século XIX, mas tem mudado no século XXI passando da escala nacional para a global e divulgando seus resultados à sociedade, ecoados pela mídia. Além disso, adquirem maior importância no interior das universidades. A Universidade Federal do ABC (UFABC) foi criada em 2005, inspirada na proposta de Universidade Nova, na seara das políticas de ampliação do acesso à educação superior brasileira desenvolvidas na década de 2000 e sob os auspícios da interdisciplinaridade e da inclusão social. Ao ganhar destaque em alguns *rankings* internacionais, a instituição foi escolhida em uma pesquisa que estuda os usos dos *rankings* em universidades brasileiras. Para tal, foi realizada uma análise de documentos institucionais da UFABC no período 2006-2019, buscando a aparição da temática dos *rankings*. A análise mostrou uma gradativa valorização dos *rankings* acadêmicos no interior da instituição, desde o aumento de matérias publicadas sobre essa temática, até o realce dos *rankings* em seu atual Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022. Nos documentos analisados destacam-se as seguintes ações: acompanhar os vários *rankings*, elevar o número de citações e trabalhos publicados, melhorar o posicionamento da universidade em *rankings* nacionais e internacionais e usar *rankings* como instrumento na busca de excelência acadêmica. Finalmente, o texto mostra a contradição entre a inclusão social do projeto pedagógico originário da instituição e algumas das características das universidades de classe mundial.

Palavras-chave: *Rankings* acadêmicos. Educação Superior. UFABC. Inclusão social. Universidade de Classe Mundial.

¹ O texto apresenta resultados parciais da pesquisa Internacionalização da educação superior: usos dos *rankings* universitários internacionais, nas universidades “de pesquisa” no Brasil, apoiada pelo CNPQ (Edital Universal, Processo: 433761/2018-0).

Abstract: The paper presents research results regarding the use of academic rankings in Brazilian public universities. The rankings exist since the 19th century, but they are changing in the 21st century, moving from national to global scale. Not only the positioning of the universities in the rankings is informed to the society by the media, the rankings have also gained importance in the universities themselves. The Federal University of ABC (UFABC) was created in 2005, when policies to expand the access to higher education were developed by the government and were inspired by the proposal of *Universidad Nova*, based in inter-discipline and social inclusion. Upon gaining prominence in some international rankings, that institution was included in a survey that studies the uses of the rankings in Brazilian universities. To this end, an analysis of the UFABC institutional documents was carried out in the period of 2006-2019, seeking for the topic of the rankings. It was observed not only a gradual interest about rankings in the institution but the highlight of rankings in its current Institutional Development Plan 2013-2022. In the documents, the following actions stand out: monitoring the various rankings, increasing the number of citations and publications, improving the positioning of the university in national and international rankings and using rankings as an instrument in the pursuit of academic excellence. Finally, the paper shows the contradiction between social inclusion in the Institution's Pedagogical Project and some of the characteristics of the World Class Universities.

Keywords: Academic rankings, Higher Education, UFABC, Social inclusion, World-class universities.

Introdução

A temática dos *rankings* acadêmicos² tem ganhado crescente importância na educação superior brasileira, nos últimos anos, mas a existência deles é anterior. De acordo com Calderón, Matias e Lourenço (2014), verificou-se que o primeiro *ranking* sobre a educação superior brasileira, chamado de Melhores Faculdades, foi criado pela revista Playboy, no ano de 1981, e foi realizado até 2000. Conforme os autores, a preparação desse *ranking* compreendia a análise de dados a partir de entrevistas e questionários com docentes e donos de cursinhos pré-vestibulares; chefes dos departamentos de faculdades e de profissionais das áreas avaliadas; informações do Ministério da Educação (MEC) e de instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A partir do levantamento desses dados,

² No campo de estudos da educação superior são utilizadas diferentes expressões, segundo o tipo de ranqueamento, tais como: *rankings* de instituições de educação superior, *rankings* de cursos, *rankings* de universidades etc. Neste trabalho, será o utilizado o termo *ranking* acadêmico (CALDERÓN; MATIAS; LOURENÇO, 2014), por compreender a multiplicidade de atividades e ações relacionadas à educação superior.

os editores da Revista Playboy ordenavam os cursos então avaliados, sem, contudo, existir uma metodologia sistematizada, o que também indica a fragilidade dessa mensuração.

Outro *ranking* surgiu no ano de 1988, o Guia do Estudante (GE) da Editora Abril, com a eleição dos chamados melhores cursos de graduação do país, que divulgava várias informações sobre eles, com o objetivo de auxiliar os candidatos ao ensino superior em suas escolhas (CALDERÓN; MATIAS; LOURENÇO, 2014). Esse *ranking* era elaborado por professores e pareceristas contratados pela revista, que classificam os cursos superiores, a partir da titulação dos docentes e da produção científica (ANDRADE, 2011). O autor ainda tece críticas ao modelo de classificação, uma vez que este não considera outros importantes elementos das instituições de ensino, dos cursos e dos alunos, assim como é pouco provável que um avaliador tenha conhecimento sobre todas as instituições envolvidas em tal ordenação.

Os dois *rankings* eram elaborados pela iniciativa privada. A partir da década de 1990, procedimentos de avaliação de cursos ganharam destaque na esfera do poder público, com o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como Provão. O exame consistia em uma prova aplicada aos estudantes concluintes dos cursos de graduação no país, e, posteriormente, as notas dos cursos eram divulgadas segundo uma escala de conceitos. Segundo Rothen e Barreyro (2011), o Provão teve ampla propagação na mídia, que elaborava *rankings* com seus resultados, e foi a principal ferramenta para a avaliação da educação superior pelo Ministério da Educação, durante a segunda metade da década de 90. Ainda para os autores, a utilização dos resultados foi ressaltada por parcela das instituições de educação superior (IES) privadas, que se encontravam em ritmo de expansão, naquele período, e utilizavam as notas como forma de divulgação e valorização do seu produto. O Provão foi utilizado também como política regulatória para o credenciamento e reconhecimento de IES, no Brasil, assim como para o reconhecimento dos cursos (DIAS SOBRINHO, 2010), no período entre 1996 e 2003. Foi suspenso, em 2004, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, após a promulgação da Lei nº 10.861/2004 e a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (BRASIL, 2004).

O Sinaes foi proposto numa lógica de avaliação e regulação, contando com um conjunto “articulado de instrumentos de avaliação (institucional interna e externa, as condições de ensino e os indicadores referentes ao desempenho dos estudantes, além dos dados cadastrais e do Censo)” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 209). Contudo, em 2008, o Ministério da Educação

passou a destacar um dos instrumentos do Sinaes, destinado à avaliação dos estudantes: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)³. Os resultados dessa prova passaram a compor o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), introduzidos ao Sinaes nesse ano⁴ (ROTHEN; BARREYRO, 2010). Dessa única vez, foi o próprio Ministério da Educação que organizou e publicou um *ranking*, em 2008, classificando instituições e cursos, contrariando dessa forma, a proposta original do Sinaes, de sua perspectiva formadora e da ênfase na avaliação interna nas IES (LEITE, 2008).

No ano de 2012, o Jornal Folha de São Paulo criou o *Ranking* Universitário Folha (RUF) (CALDERÓN; LOURENÇO, 2017). De acordo com informações do jornal, o RUF faz uma avaliação anual das universidades brasileiras, a partir dos seguintes parâmetros: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Tal avaliação está baseada, segundo o jornal, em informações coletadas em algumas bases de dados: Censo da Educação Superior, realizado pelo Ministério da Educação; Enade; Capes; Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, entre outros.

A síntese anterior evidencia o processo de quantificação adotado na avaliação e na regulação da educação superior realizada pelo Estado, com a criação de índices e sua divulgação por meio de *rankings* durante os anos de 1990 e 2000, assim como a composição de outros nos anos 1990 e 2010, pela iniciativa privada (via *mídia*), mostrando a precoce familiaridade brasileira com os processos de ranqueamento. Talvez, essa familiaridade fez com que a emergência dos *rankings* acadêmicos internacionais tivesse tanto eco no país, desde os anos 2000, como será discutido.

Assim, o objetivo principal deste artigo é apontar a ampliação de discussões sobre o uso de *rankings* no contexto brasileiro, incluindo debate sobre o modelo de Universidade de Classe Mundial. Para tanto, foi investigada a Universidade Federal do ABC (UFABC), recente

³ O Enade é aplicado aos estudantes do primeiro e do último ano de um grupo de cursos que são reavaliados a cada triênio. Dentre os anos de 2005 e 2008 foi aplicado a uma amostra de alunos, mas desde 2009 passou a ser censitário (ROTHEN; BARREYRO, 2010).

⁴ O Conceito Preliminar de Cursos (CPC) é aferido no ano posterior à realização do Enade, incluindo a avaliação de quatro aspectos: corpo docente; organização institucional e pedagógica dos cursos; desempenho médio dos estudantes no Enade e questionários sobre os aspectos avaliados no exame, também respondidos pelos estudantes. Já o Índice Geral de Cursos (IGC) é calculado a partir das médias dos conceitos dos cursos de graduação obtidos com o CPC, descrito acima e com a média das notas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, segundo conceitos da Capes (IKUTA, 2016).

universidade pública então criada com base em outra lógica: a da Universidade Nova, de interdisciplinaridade e de inclusão social.

O texto divide-se em quatro seções, além da introdução. A segunda e próxima seção versa sobre a gênese dos *rankings* internacionais e a importância dessa métrica para o paradigma de Universidade de Classe Mundial. Depois, é abordado um breve histórico sobre a criação da UFABC e seus princípios. Na sequência, é tratada a valorização do uso de *rankings* em documentos institucionais recentes desta universidade. Na última seção, são problematizados alguns aspectos que mostram a contradição entre o modelo de universidade presente nos primeiros documentos institucionais em comparação a metas posteriores, entre outras ações, na direção do alcance do título de Universidade de Classe Mundial.

Rankings internacionais

Os *rankings* acadêmicos internacionais emergiram como mecanismos de avaliação, ao estabelecer critérios considerados importantes para o campo da educação superior por diversas agências de países desenvolvidos (universidades, jornais, consultoras). Seu desenvolvimento começou na primeira década do século XXI com grande propagação, ainda que já existissem desde o século XIX nos Estados Unidos. Eles são uma iniciativa para a avaliação da qualidade em uma escala global (BARREYRO, 2018), todavia, apresentam limitações como mensurar sobretudo aspectos relacionados à excelência acadêmica, ou seja, focalizando nas instituições de pesquisa e não ao conjunto de IES.

A movimentação de *rankings* globais teve como marco o interesse do governo chinês em mandar estudantes para instituições estrangeiras, o que culminou com a criação do *Academic Ranking of World Universities* (ARWU) da *Shanghai Jiao Tong University*, para a avaliação do quesito pesquisa em universidades (BARREYRO, 2018).

A divulgação desse *ranking*, em 2003, deslocou a atenção de governos, meios de comunicação e universidades para a temática, marcando a ascensão de indicadores para outros *rankings* universitários internacionais, tais como: o *The Times Higher Education* (THE) e o *QS University Ranking* (VANZ *et al.*, 2018).

O *The Times Higher Education* (THE) é produzido, principalmente, a partir de opiniões e considerações de acadêmicos; impacto dos artigos publicados, mensurados pelas suas citações

e o financiamento da pesquisa, entre outros (ALTBACH, 2012). Segundo o autor, é preparado por uma agência com fins lucrativos que busca estudantes internacionais.

Já o *QS University Ranking* é elaborado pela *Quacquarelli Symonds*, empresa britânica com atuação no segmento de educação internacional. Tal corporação, logo após a sua ruptura com o *Times Higher Education (THE-QS)*, começou a preparar um *ranking* próprio, que desde 2010 agrupa indicadores de desempenho para avaliar ensino, empregabilidade, pesquisa e internacionalização das universidades (VANZ *et al.*, 2018).

Nessa conjuntura, os *rankings* internacionais surgiram como mecanismo de avaliação, ao estabelecer critérios considerados importantes para o campo da educação superior por atores internacionais de algumas agências e de países desenvolvidos. Ademais, a transnacionalização da educação superior, decorrente de transformações da economia e da sociedade, incentivaram as já existentes avaliações externas comparativas e em escala internacional (AFONSO, 2013).

Verhine e Freitas (2012) destacam que os *rankings* são organizados para a comparação de instituições na perspectiva de regulação externa, mas também com impacto na própria avaliação interna das instituições, especialmente, em um contexto de competição por recursos, uma vez que a qualidade é critério central para o financiamento das instituições, exigindo formas de medição que a verifiquem. Assim, as avaliações externas passam a sintetizar os “modelos, os estímulos e os valores a que se obrigam as universidades e representam uma dimensão muito importante no contexto da globalização e da internacionalização da educação superior” (VERHINE; FREITAS, 2012, p. 24).

Nesse cenário, é importante marcar que mudanças nas formas de avaliação da educação superior estão relacionadas com as transformações mais complexas da economia e da sociedade, com “hegemonia dos grandes centros na determinação dos critérios de qualidade e de políticas acadêmico-científicas, com forte impacto nos mecanismos de avaliação, acreditação, financiamento, modelos institucionais [...] (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 201). Ainda para o autor, a ampliação do ramo empresarial no campo da educação superior interferiu nessas mudanças, pois também as IES e os serviços ofertados estariam mais próximos das exigências do mercado. Dessa forma, os ranqueamentos teriam a função de verificar o alcance dos fins e dos interesses principais desse mercado.

Diversos trabalhos tratam dos *rankings*, seja no âmbito nacional (PILATTI; CECCHIN, 2018; SANTOS; NORONHA, 2016; CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011), seja no

internacional (HAZELKORN, 2011; ORDORIKA; RODRÍGUEZ GÓMEZ, 2010; HARVEY, 2008; MARGINSON; VAN DER WENDE, 2007), em que prevalecem a descrição dos *rankings* e a análise de indicadores e posicionamentos alcançados por determinadas instituições em alguns deles. Poucos estudos nacionais focam nos usos dos *rankings* ao interior das IES (ALVES; DRESSLER; VANZ, 2019; CALDERÓN *et al.*, 2019; THIENGO, 2018; RIGHETTI, 2016).

Em uma perspectiva global, a difusão de *rankings* evidenciou a comparação entre universidades de pesquisa (BARREYRO; FERREIRA, 2019), as quais são denominadas, como universidades de classe mundial (UCMs), identificadas pela excelência acadêmica o desenvolvimento de pesquisas (ALTBACH, 2011) e por assumirem um papel de destaque na formação de cientistas, para desenvolver sistemas de inovação nacionais.

As universidades de classe mundial (UCMs) ainda agregam as seguintes particularidades:

[...] professores altamente qualificados, excelência em resultados de investigação, qualidade do ensino e da aprendizagem, grande quantidade de fontes de financiamento governamental e não governamental; estudantes internacionais muito talentosos, liberdade acadêmica, estruturas bem definidas de administração autônoma [...] (ALTBACH; SALMI, 2011, p. 3, tradução nossa).

Nessa conjuntura, a meritocracia também é um dos requisitos centrais para a seleção de professores, funcionários e estudantes (ALTBACH, 2011). A política de estímulo das UCMs “caminhou ao lado e em grande alinhamento com as formulações para a educação superior, difundidas por organismos internacionais” (BARREYRO; FERREIRA, 2019, p. 158). A competitividade fomentada por esse modelo institucional ganhou espaço em muitos países desenvolvidos e ainda foi pautada em IES brasileiras, como será abordado adiante.

Em que pese a existência de um consolidado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior vigente na graduação e a Avaliação da Capes que foca na pós-graduação, os *rankings* acadêmicos passaram a receber destaque nas universidades brasileiras intensivas em pesquisa. Para analisar como esse processo acontece ao interior das universidades, foi escolhida a Universidade Federal do ABC, instituição de recente criação, mas que obteve bons resultados nos *rankings Times Higher Education* e *Web of science* (BARREYRO; FERREIRA, 2019; RIGHETTI; GAMBA, 2019).

A Universidade Federal do ABC

A Universidade Federal do ABC (UFABC) foi criada pela Lei nº 11.145/2005, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e no contexto da expansão de cursos de graduação em instituições públicas federais (BRASIL, 2005). A região do grande ABC paulista, com mais de 2,5 milhões de habitantes, já em meados dos anos 2000 apresentava grande demanda por educação superior pública; inclusive, a luta por uma universidade pública no ABC constituía uma bandeira histórica dos movimentos sociais da região⁵ (UFABC, 2006).

A criação da UFABC ocorreu no contexto de construção do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), posteriormente instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096 de 24 de abril de 2007 (ALTARUGIO *et al.*, 2011). Esse programa propôs a diminuição dos índices de evasão; o crescimento da oferta de cursos no período noturno; a ampliação do acesso à educação superior pública; o aumento dos percentuais de concluintes na graduação; a reestruturação curricular de cursos e o incentivo para a mobilidade estudantil (BRASIL, 2007).

O modelo da UFABC teve inspiração em documentos internacionais como a declaração de Bolonha⁶, proposta europeia para reforma da educação superior, no fim da década de 1990 (BARREYRO; AURELIANO, 2011; ALTARUGIO, 2011), cujas ideias estiveram presentes na agenda da educação superior brasileira na década de 2000. Também com o projeto de reforma universitária e, em especial, a proposta conhecida como Universidade Nova (ALMEIDA FILHO, 2007). Segundo o autor, o projeto Universidade Nova tem inspiração nas contribuições de Anísio Teixeira para a educação pública brasileira, ao resgatar a necessidade de práticas pedagógicas ativas e inovadoras “como instrumentos de mobilização e participação dos sujeitos no seu próprio processo de formação profissional, política, cultural e acadêmica” (idem, p. 280).

⁵ Segundo dados do primeiro Projeto Pedagógico da Instituição, a região do ABC, tinha naquele período “aproximadamente 77 mil estudantes matriculados no ensino superior, onde, aproximadamente 65% em instituições privadas, 20% em instituições municipais e 15% na rede comunitária filantrópica” (UFABC, 2006, p. 6).

⁶ Essa declaração foi assinada por Ministros da Educação de países europeus, em 1999, para a promoção de mudanças na educação superior, com intuito de criar o chamado Espaço Europeu da Educação Superior. Segundo essa declaração, as políticas dos países seguiriam alguns princípios: a) a construção de um sistema de graus, para fins de comparação; b) o enfoque em dois ciclos elementares: graduação (duração mínima de três anos) e pós-graduação (mestrado ou doutorado); c) a implantação de um sistema de créditos para ampliar os processos de mobilidade estudantil. (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999).

A reforma universitária acabou não se materializando. Todavia, as ideias da proposta da Universidade Nova influenciaram a criação de instituições universitárias nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), assim como o estabelecimento de cursos com organizações curriculares inovadoras: os bacharelados interdisciplinares, em algumas universidades federais (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008; SIEBIGER, 2018)

A UFABC é um exemplo, em que se verifica organização acadêmica com cursos de bacharelados interdisciplinares, de menor duração. Envolve também a organização institucional e administrativa em centros interdisciplinares e uma proposta com foco na inclusão social; todas as características do projeto Universidade Nova.

No primeiro vestibular, em 2006, a UFABC estabeleceu ações direcionadas à inclusão social pela via da reserva de vagas, antes mesmo da promulgação da Lei nº 12.711/2012, que instituiu cotas nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2012). Assim, cinquenta por cento de suas vagas já foram destinadas para concluintes do ensino médio de escolas públicas; parte desse percentual subdividido para cotas étnicas (negros, pardos e indígenas) (UFABC, 2006b).

Desde seu projeto inicial, a UFABC propõe formação em três ciclos: a) o primeiro, a partir de bacharelados interdisciplinares, com duração de três anos, para uma formação sólida geral e condição para o prosseguimento em outros ciclos; b) o segundo, de formação profissional em bacharelados, licenciaturas ou itinerários específicos; c) o terceiro ciclo, de formação acadêmica de pós-graduação (UFABC, 2006), como tratado por Almeida Filho (2007) ao descrever o modelo de Universidade Nova.

De acordo com Marchelli (2011), dentre os elementos inovadores da UFABC destaca-se a organização acadêmico-administrativa em três centros interdisciplinares: o Centro de Ciências Naturais e Humanas; o Centro de Matemática, Computação e Cognição; e o Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, eliminando a estrutura disciplinar de departamentos, utilizado, tradicionalmente, como forma de administração das instituições universitárias no Brasil. Os três centros desempenham o papel de integração do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar e ofertam conjuntamente com a Pró-reitoria de Graduação, os cursos de ingresso na instituição. Inicialmente, em 2006, com o Bacharelado em Ciência e Tecnologia, que consiste em um ciclo inicial de três anos que possui terminalidade, outorgando o diploma de bacharel em Ciência e Tecnologia; mas com possibilidade de continuidade em um

segundo ciclo, seja em curso profissional ou em nível de pós-graduação. Posteriormente, em 2009, foi criado o segundo curso interdisciplinar de ingresso na UFABC: o Bacharelado em Ciências e Humanidades “como um esforço de se formatar um curso que forme um profissional com capacidade de lidar com os distintos e interdisciplinares aspectos que caracterizam a realidade e os fenômenos sociais” (ZIMERMAN; SILVA; ELIAS, 2011, p. 73).

Dessa forma, o ingresso à instituição via bacharelados interdisciplinares adia a escolha profissional específica ou acadêmica. De acordo com Almeida Filho (2007), a interdisciplinaridade é conceito central para a inovação curricular da educação superior brasileira do projeto de Universidade Nova, na medida em que retira o foco da tendência profissionalizante prematura dos cursos de graduação no país, possibilitando, assim, maior flexibilidade dos itinerários formativos para articulá-los com as demandas de uma sociedade em transformação. Conforme o autor, o modelo de bacharelado interdisciplinar também pode contribuir com a redução da evasão de cursos de graduação, precocemente, ao adiar a escolha profissional. Nesse cenário, o estudante tem, primeiramente, amplo contato com uma base mais geral de estudos e com enfoque em conhecimentos de diferentes áreas e habilidades cognitivas integradas.

A continuidade do ciclo formativo na UFABC para o aprofundamento profissional, após o bacharelado interdisciplinar, pode ser realizada em um curso de engenharia, com duração mínima de dois anos ou ainda com cursos de bacharelado ou licenciatura, com mais um período mínimo de um ano; ou em um curso de pós-graduação (UFABC, 2006).

O projeto pedagógico interdisciplinar da UFABC é considerado uma renovação para o campo do currículo da educação superior no Brasil (MARCHELLI, 2011; ALTARUGIO *et al.*, 2011), pois a interdisciplinaridade é percebida como elemento-chave para retomar a integridade do conhecimento, a partir da articulação de variadas disciplinas, tanto para compreender quanto responder problemáticas sociais concretas (MARCHELLI, 2011).

Apesar dessa proposta inicial, questões atribuídas às universidades de classe mundial foram incorporadas aos documentos institucionais mais recentes, como será tratado a seguir.

A UFABC e os *rankings* acadêmicos

Para este estudo foram analisadas publicações sobre a temática *rankings* em documentos institucionais e em dois instrumentos de comunicação da UFABC. Foram considerados o

primeiro Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (UFABC, 2006) e o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UFABC, 2008), assim como os sucessivos PDI e PPI (UFABC, 2013; 2017). Em seguida, foram estudados: o PesquisABC, informativo da Pró-reitoria de Pesquisa, e as publicações da Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). Como recorte temporal, foi delimitado o período entre 2010-2019, considerando que o informativo começou a ser publicado no ano de 2010.

No Projeto Pedagógico da Instituição (PPI), do ano de 2006, buscou-se menção a *rankings*; entretanto, não foram localizadas referências a essa temática. O texto apresentou a proposta de criação da instituição, detalhando os aspectos principais para a construção da identidade institucional, com base numa perspectiva interdisciplinar do conhecimento e com enfoque tecnológico. O projeto ainda descreveu as estruturas dos primeiros cursos de graduação e de pós-graduação, ressaltando a importância da pesquisa na instituição como o “motor da pós-graduação” (UFABC, 2006, p. 32). Esse último tipo de curso, inclusive, deveria ser criado conjuntamente com a graduação, desde o início de funcionamento da instituição.

A inclusão social também foi destacada entre os compromissos do projeto pedagógico institucional originário:

A criação da UFABC está inserida num programa federal de expansão da Universidade pública que pretende promover a inclusão de segmentos sociais até agora ausentes ou com muito pouca participação, gerando condições para finalmente suprimir a herança maldita da escravidão e unir a sociedade brasileira. A UFABC está comprometida com ações voltadas para a inclusão social, que tenham por objetivo assegurar que todos os segmentos da sociedade estejam nela representados. Essas ações não se esgotam no âmbito do processo de admissão com sistema de cotas de recorte socioeconômico e racial, que está em discussão no Congresso Nacional. O processo pedagógico deve repudiar a postura elitizante em favor da integração social do estudante, levando-o a se debruçar sobre a História para compreender o mundo em que vivemos numa perspectiva pluralista (UFABC, 2006, p. 6).

Na sequência, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2008-2012) ressaltou a fase inicial da instituição, uma vez que muitos setores não contavam ainda com infraestrutura. Indicava-se que seria criada uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), como “o órgão máximo da UFABC responsável pela avaliação institucional” (UFABC, 2008, p.50), além de ser ressaltada a importância de envolver a comunidade acadêmica nessa comissão e nos processos avaliativos. No Plano, não foram encontradas referências ao termo *ranking* nem a outro tipo de classificação.

O segundo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) foi publicado, em 2017, como revisão e aperfeiçoamento do primeiro projeto (UFABC, 2017). Esse documento reafirmou a concepção interdisciplinar dos cursos, a questão da inclusão social e pela primeira vez apareceu menção à excelência acadêmica, evidenciando a importância de sua visibilidade em âmbito nacional e internacional. Na verdade, observou-se acentuado destaque para esse último aspecto, sendo que a palavra excelência foi mencionada 69 vezes no texto do PPI.

Outro elemento novo verificado foi a proposta de Universidade de Classe Mundial (UCM), a partir de citações diretas de publicações do Banco Mundial, assinados por Salmi (2009) e Altbach e Salmi (2011). No PPI localizou-se a seguinte afirmação “a excelência na pesquisa em instituições de ensino superior é bem descrita pelo conceito de Universidade de Classe Mundial, que na UFABC é considerado um sinônimo para universidade de excelência” (UFABC, 2017, p. 34-35).

O novo Plano de Desenvolvimento da Institucional (PDI) 2013-2022 também associou a excelência acadêmica à Universidade de Classe Mundial, com destaque para os seus três elementos principais: a) a presença de talentos numerosos; b) volumosos recursos que possibilitem a realização de pesquisas; e c) a necessidade de uma governança que privilegie questões como a inovação e a administração flexível de recursos financeiros (UFABC, 2013), novamente a partir de Salmi (2009) e Altbach e Salmi (2011). Na sequência o PDI elencou ações que a instituição deveria cumprir em direção ao modelo de Universidade de Classe Mundial, para cada um dos três aspectos destacados acima, tais como: o investimento na pesquisa, através da admissão de docentes com no mínimo doutorado e com perfil de pesquisadores; a conquista de recursos de agências públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisas; a contratação de pesquisadores visitantes de alto nível (nacionais e internacionais); o estímulo de intercâmbio e programas de cooperação internacional; e a flexibilização da gestão de recursos, entre outros (UFABC, 2013).

Os textos desses documentos institucionais não evidenciaram, todavia, a incompatibilidade entre inclusão social, proposta com ênfase no primeiro projeto da UFABC, e Universidade de Classe Mundial (UCM). A UCM define-se pela excelência acadêmica e foca na pesquisa, sendo que a meritocracia é um requisito na seleção de todos seus integrantes: professores, funcionários e estudantes, como explica Altbach (2011, p. 16):

Uma universidade de pesquisa é elitista e meritocrática em áreas tais como: nas políticas de contratação e admissão, nos critérios de promoção e nos requisitos de graduação para funcionários e estudantes. No entanto, termos como elite e meritocracia não são necessariamente populares numa era democrática, quando o acesso tem sido o principal grito dos defensores da educação superior durante décadas. Porém, para que as universidades de pesquisa tenham sucesso, devem proclamar orgulhosamente essas características. As universidades de pesquisa não podem ser democráticas, elas reconhecem a primazia do mérito e suas decisões são baseadas numa busca implacável pela excelência (ALTBACH, 2011, p. 16, tradução nossa).

Na UFABC, os bacharelados interdisciplinares em grandes áreas do conhecimento foram uma das propostas para a inclusão de estudantes (UFABC, 2006), uma vez que os bacharelados tradicionais selecionam diretamente para um curso de graduação profissional, com elevado grau de competitividade. O ingresso inicial em um bacharelado interdisciplinar permitiria oportunidades de acesso, postergando a escolha profissional ao considerar também outras habilidades e conhecimentos dos indivíduos que tiveram diferentes oportunidades educacionais. Esses aspectos sobre inclusão permanecem nos documentos institucionais mais recentes, todavia, com o incremento e destaque à excelência acadêmica.

O Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) 2013-2022 reservou amplo espaço para questões relacionadas aos resultados institucionais em *rankings*, inclusive, com incentivos para melhorias neles (UFABC, 2013), diferindo do primeiro PDI, de 2008. O Plano detalhou que:

[...] a verdadeira função dos *rankings* é ilustrar o perfil de universidades excelentes e indicar onde cada uma pode melhorar. A UFABC pode e deve usar os *rankings* e as avaliações como ferramentas na busca da excelência (UFABC, 2013, p. 20).

Esse Plano descreveu ainda dois tipos de *rankings* internacionais. No primeiro grupo, destaca-se o *Times Higher Education* e o *Jiao Tong (Shanghai)* que classificam universidades mundiais a partir de dados relacionados à quantidade de prêmios e da produção acadêmica. Conforme o documento, esse tipo de *ranking*, em geral, recebe críticas por privilegiar universidades do contexto anglo-saxônico. Assim, o texto registrou que seria pouco provável a presença da UFABC nesses *rankings* até 2022, duração do PDI. Contudo, a possibilidade não é descartada pela instituição, ao detalhar que “entrar nesses *rankings* exclusivos pode ser uma das possíveis consequências das atividades e dos esforços descritos nesse Plano” (UFABC, 2013, p.21).

O segundo tipo de *ranking* foi exemplificado pelo *Webometrics* e o *Scimago* que se embasam em “análise menos detalhada, mas muito mais abrangente, de informações disponíveis em bancos de dados, revistas eletrônicas, repositórios de artigos, páginas na internet e outras fontes públicas” (UFABC, 2013, p. 21). De acordo com o PDI, nesses *rankings* internacionais a UFABC já obteve colocações importantes; dentre seus principais parâmetros de avaliação estão: número de publicações em revistas conceituadas internacionais; ações de cooperação internacional; e divulgação de informações qualificadas da universidade na internet.

O PDI também elenca algumas diretrizes institucionais para que a universidade melhore seu desempenho em alguns *rankings*, tais como: a) incentivar docentes e estudantes a aumentarem suas publicações; b) ofertar cursos de inglês e de escrita científica; c) trazer professores visitantes de elevado nível (nacionais e internacionais); d) disponibilizar conteúdo em inglês e espanhol da página virtual da instituição; e) ampliar a divulgação em redes sociais e sites e f) fomentar intercâmbios (UFABC, 2013).

O texto reafirmou algumas vezes o foco nos *rankings*, explicitando que “uma meta realista para a UFABC é melhorar sua posição em todos os *rankings* aplicáveis, nacionais e internacionais” (UFABC, 2013, p. 23), assim como destaca o próprio papel deles como “uma ferramenta diagnóstica e um meio de estimular a comunidade acadêmica a se sobressair” (idem, p. 23). Por fim, sugeriu a “criação de um “**Observatório da Excelência**”, cuja missão abrange o monitoramento e a análise dos *rankings* e avaliações nacionais e internacionais, e a formulação de recomendações para as políticas da UFABC” (idem, p.28, grifo no original).

Em suma, a partir da comparação dos PPIs e PDIs, identificaram-se, portanto, mudanças sobre a concepção de universidade, advinda de agendas internacionais. Sublinha-se o paradoxo de o projeto inaugural anunciar um “plano acadêmico completamente novo, livre de amarras internas e de restrições externas” (UFABC, 2006a, p.1) e o projeto seguinte se referenciar na proposta internacional de Universidade de Classe Mundial, vinculado ao atendimento de métricas como os *rankings*, baseados sobretudo em indicadores de desempenho em pesquisa e publicações internacionais.

O destaque dos *rankings* na UFABC também pode ser ilustrado com o crescimento de matérias sobre o assunto em seus instrumentos de comunicação. Entre os anos de 2010 a 2019, levantou-se a quantidade de publicações sobre o assunto no informativo PesquisABC, produzido pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFABC, com 25 edições nesse período. Verificou-

se a temática em 10 matérias, em especial no período 2014-2017. Somente no ano de 2017, houve textos sobre *rankings* nas três edições do informativo⁷.

A primeira matéria sobre o assunto, em 2012, abordou uma descrição sobre os diferentes tipos de classificações em geral, indicando que a universidade ainda não aparecia em *rankings* internacionais. Contudo, ela já começava se destacando no cenário nacional, com o exemplo do *ranking* universitário da Folha de São Paulo, também criado naquele ano, pois a instituição ocupava o “18º no critério qualidade da pesquisa, entre as 191 universidades brasileiras avaliadas” (CAPELLE, 2012, p.7).

No decorrer do período, as matérias discorreram sobre a importância dos *rankings* e a elevação das posições da UFABC neles. Nos informativos dos anos de 2016 e 2017, a temática foi abordada de forma atrelada ao conjunto de iniciativas para a internacionalização da instituição. Segundo texto do então assessor de relações internacionais da universidade, os esforços de “internacionalização da pesquisa na UFABC levaram ao reconhecimento precoce de sua excelência em vários *rankings* internacionais e nacionais, recentemente divulgados nos meios de comunicação” (KAMIENSKI, 2017, p.15).

Houve menções aos *rankings* em outros veículos da instituição. Na Tabela 1 é possível verificar a quantidade de notícias publicadas sobre *rankings* pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) da UFABC, no período entre 2010 e 2019. Percebe-se que o tema ganhou destaque nas publicações, a partir do ano de 2014, quando a instituição abordou o assunto em cinco matérias, sendo que é preciso considerar que houve variação na quantidade de publicações da ACI, no decorrer dos anos. As matérias sobre os *rankings* continuaram presentes com realce sobretudo no ano de 2019.

Tabela 1- Número de notícias publicadas pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) da UFABC, no período 2010-2019.

Ano	Total de notícias publicadas	Quantidade de notícias sobre <i>rankings</i>
2010	182	1
2011	116	1
2012	74	4
2013	78	4

⁷ As matérias que tratam sobre os *rankings* encontram-se nas seguintes referências: UFABC (2014b, 2014d, 2014e, 2016e, 2016f), Capelle (2012), Kamienski (2015; 2017; 2017a) e Ramos e Freire (2017).

2014	63	5
2015	59	4
2016	67	5
2017	65	5
2018	55	4
2019	104	10
Total	893	43

Fonte: Página virtual da Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) - UFABC⁸. Elaboração própria.

De maneira geral, essas notícias da ACI, assim como o conteúdo das matérias dos informativos, valorizam a participação da universidade nos *rankings*. Muitas das matérias comentam publicações de outros veículos de informação, tais como jornais e revistas de circulação nacional, sendo que posições favoráveis da instituição são ressaltadas e colocações menos favoráveis, justificadas. A publicação de setembro de 2013 é um exemplo, quando o então Pró-reitor de Pesquisa, Klaus Capelle, comentou o resultado da UFABC no *Ranking* da Folha sobre o critério Mercado (posição 155):

O curto período de existência da Universidade influenciou nesse resultado. Cabe constar que essa nota é resultado de entrevistas Datafolha com 1681 executivos da área de RH do país. Naturalmente, a UFABC, que ainda formou poucas pessoas e é pouco conhecida no meio do RH, não tem como competir com as universidades mais tradicionais nesse quesito, disse o pró-reitor (UFABC, 2013b, p. 1).

Apesar disso, as matérias trataram, geralmente, sobre a melhoria das colocações da universidade em ranqueamentos. Inicialmente, as notícias destacaram alguns *rankings* internacionais, também citados como os principais no cenário global. São eles: *Webometrics*, sistematizado pelo Laboratório de Cibermetria da agência estatal espanhola *Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)* (UFABC, 2011, 2012, 2012a) e *Scimago Institutions Rankings (SIR)*, baseado em metodologia elaborada pelo instituto sueco *Karolinska* e no banco de dados *Scopus* (UFABC, 2010, 2012b, 2013a).

⁸ As notícias que versam sobre os *rankings* estão nas seguintes referências: UFABC (2010, 2011, 2012, 2012a, 2012b, 2012c, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d, 2014, 2014a, 2014c, 2014f, 2014g, 2015, 2015a, 2015b, 2015c, 2016, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2018, 2018a, 2018b, 2018c, 2019, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2019e, 2019f, 2019g, 2019h e 2019i). O total das notícias está disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/noticias>.

A partir de 2014, é possível inferir a crescente importância dada aos resultados nos *rankings* obtidos pela UFABC, na medida em que a instituição ampliou publicações sobre vários tipos de ranqueamentos. No Quadro 1, verifica-se o nome dos *rankings* e a quantidade de vezes em que foram citados.

Quadro 1: Número de citações de *rankings* acadêmicos em publicações da Assessoria de Comunicação e Imprensa e do Informativo Pesquisa ABC da UFABC, no período 2014-2019.

<i>Rankings</i>	Número de citações
<i>Brazilian Research Ranking (BRR) - Universidade de Leiden (Holanda)</i>	4
<i>Center for World University Rankings (CWUR)</i>	4
Índice Geral de Cursos (IGC)- Ministério da Educação (MEC)	4
<i>Latin America University Rankings - Times Higher Education (THE)</i>	5
<i>Ranking Internacional U.S. News Education</i>	2
<i>Ranking Millennial Universities - Times Higher Education (THE)</i>	1
<i>Ranking Nature Index - Nature Publishing Group (NPG)</i>	4
<i>Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF)</i>	8
<i>SCImago Institutions Rankings (SIR)</i>	7
<i>THE BRICS & Emerging Economies Rankings</i>	2
<i>Times Higher Education (THE)</i>	5
<i>URAP World University Rankings - Universidade Técnica do Oriente Médio (Turquia)</i>	2
<i>Webometrics</i>	1

Fonte: UFABC (2014, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2015, 2015b, 2015c, 2016, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d, 2016f, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2018, 2018b, 2018c, 2019, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2019e, 2019f, 2019g, 2019h e 2019i) e Kamienski (2017).

Em geral, nas publicações analisadas observou-se, por vezes, alterações nos parâmetros considerados para as classificações, o que já prejudicaria comparações longitudinais entre instituições, por exemplo. Além disso, é importante acrescentar que os critérios utilizados diferem de um *ranking* para outro, dessa forma, a preocupação institucional com uma boa colocação em si é controversa.

A escolha de “uma avaliação indica qual o conhecimento que vale – o que se deve saber a respeito do quê, o que se valoriza em detrimento do quê” (LEITE, 2008, p. 834). A preocupação acerca do posicionamento da UFABC em *rankings* – expressa nos documentos institucionais – aponta, principalmente, para a valorização da produção científica e dos processos de internacionalização, excedendo outras missões institucionais, sociais e de inclusão, apontados no projeto inicial da UFABC.

A política institucional de internacionalização da UFABC e o empenho da instituição para alcançar o projeto de Universidade de Classe Mundial foram abordados por Santos (2018), que localizou ações institucionais para o alcance de prestígio e desempenho nas avaliações externas, então traduzidas em posições nos *rankings*. Além disso, tratou do crescente estabelecimento de parcerias da UFABC com instituições estrangeiras e indústrias, enquanto as políticas direcionadas à inclusão social, “mesmo estando presentes com algum peso nos documentos institucionais, ficam em segundo plano ao se propor foco nas recomendações das agências multilaterais e não nas demandas locais” (idem, p. 170).

Considerações finais

No decorrer do texto, buscou-se apresentar a valorização crescente do uso de *rankings* em escala nacional e internacional, bem como seus elos com atores estrangeiros (agências e instituições de países desenvolvidos). Nessa conjuntura, percebeu-se a ampliação de discussões sobre a temática, primeiramente, em esferas externas às IES brasileiras e, em um segundo momento, no interior de uma universidade federal. O trabalho também sinalizou o destaque para esse tipo de métrica, considerando ainda outros desafios da educação superior brasileira como a inclusão de estudantes das camadas populares. Finalmente, ressalta-se a necessidade da continuidade de debates sobre a força (ou não) de mecanismos externos nas universidades brasileiras, historicamente construídas com base na sua autonomia.

O estudo analisou documentos e publicações institucionais da UFABC. Localizou-se uma mudança na concepção do projeto pedagógico original da instituição, com foco na inovação curricular e inclusão social, para um modelo com ênfase na excelência acadêmica nos moldes descritos pela Universidade de Classe Mundial (UCM). Essa alteração foi observada, em um primeiro momento, pela valorização que passou a ser conferida ao posicionamento da universidade nos *rankings* acadêmicos.

Em seguida, verificou-se a incorporação de várias metas relacionadas à excelência acadêmica, principalmente, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC 2013-2022. Observaram-se indicações diversas para que a universidade melhore a sua posição em *rankings* internacionais, inclusive que possa entrar em alguns deles. Nos documentos institucionais recentes, sobressaíram-se objetivos para a ampliação de pesquisas, publicações e citações em periódicos, além de outras práticas na direção da internacionalização.

Ainda caberia investigação dos efeitos dessas orientações e incentivos de competição em outras políticas institucionais. Dentre elas aponta-se a política referente a inclusão de 50% alunos de escolas públicas, com perfil distinto do exigido no modelo de UCM; que tem por definição foco na meritocracia e na seleção de estudantes e professores já com desempenho acadêmico de destaque. Nessa lógica, outros aspectos precisariam de atenção especial, pois também são parte da proposta recente de democratização da universidade de elite brasileira, a saber: os resultados dos cursos ampliados no período noturno, devido ao atendimento de um grande público de trabalhadores, diferindo, assim, do perfil clássico de estudante universitário; e o alcance de programas destinados à permanência dos estudantes no interior da instituição.

Resta saber como a instituição lida com a coexistência das metas da excelência acadêmica e inclusão social, especificamente com as recentes políticas de acesso à educação superior brasileira abordadas (escolha tardia de curso via bacharelado interdisciplinar, reserva de vagas, turno noturno etc.) e as decorrências do formato de excelência da Universidade de Classe Mundial, o que excede os objetivos deste trabalho.

Referências

AFONSO, A. J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 267-284, abr./jun. 2013.

ALMEIDA FILHO, N. Universidade nova: nem Harvard, nem Bolonha. IN: ALMEIDA FILHO, N. **Universidade nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007, p. 259-295.

ALTARUGIO, M. H. *et al.* Formação de professores na UFABC: um currículo para o século XXI. IN: NATAL, C. B *et al.* **UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2011, p.37-52.

ALTBACH, P. G.; SALMI, J. Introdução. IN: ALTBACH, P. G.; SALMI, J. **The Road to Academic Excellence: the Making of World-Class Research Universities**, The World Bank, p. 1-9, 2011.

ALTBACH, P. G. *The past, present, and future of the research university*. IN: ALTBACH, P. G.; SALMI, J. **The Road to Academic Excellence: the Making of World-Class Research Universities**, The World Bank, p. 11-32, 2011.

_____. *The Globalization of College and University Rankings, Change: The Magazine of Higher Learning*, p. 26-31, 2012.

ALVES, A. B. V.; DRESSLER, C. G.; VANZ, S. A. S. *Rankings acadêmicos nas universidades públicas brasileiras: presença no planejamento estratégico e nas notícias institucionais*. IN: CALDERON, A.I.; WANDERCIL, M.; MARTINS, E.C. (Org.). **Rankings acadêmicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Brasil**. 1^a. ed. Brasília: Anpae, 2019, p. 164-181.

ANDRADE, E. de C. *Rankings em Educação: tipos, problemas, informações e mudanças: análise dos principais rankings oficiais brasileiros*. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 323-343, abr./jun., 2011.

BARREYRO, G. B.; AURELIANO, A. F. Democratização do acesso em universidades públicas do estado de São Paulo: novos campi, velhas desigualdades? IN: NATAL, C. B *et al.* **UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2011, p.88-111.

BARREYRO, G. B. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos *rankings* e os resultados de aprendizagem. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 5-22, mar. 2018.

_____; FERREIRA, F.B. Internacionalização: universidades de classe mundial e *rankings* acadêmicos. IN: OLIVIERA, J. F. de; LIMA, D.C.B.P (Orgs.). **Política de Educação Superior e PNE (2014-2024): expansão, qualidade e tendências**. [Livro eletrônico]. Brasília: ANPAE, 2019, p.155-171.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p.3, 15 de abril de 2004.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas
ISSN 1984-6576.

E-202158

20

_____. Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005. Institui a Universidade Federal do ABC – UFABC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 27 de julho de 2005.

_____. Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 7, 25 de julho de 2007.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 de agosto de 2012.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R. M. Os *rankings* na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 813-826, out./dez. 2011.

CALDERÓN, A. I.; MATIAS, R. C.; LOURENÇO, H. da S. *Rankings* na educação superior: as melhores faculdades do Brasil (1982-2000). **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 226-247, jan./abr. 2014.

CALDERÓN, A. I.; LOURENÇO, H. da S. *Rankings* na educação superior brasileira: uma aproximação aos *rankings* públicos e privados. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 2, n. 3, p. 89-103, jan./jun. 2017.

CALDERON I. *et al.* *Rankings* acadêmicos na educação superior: tendências da excelência acadêmica nos cursos de Direito do Brasil. (1982-2017). **Revista Argumentum**, v. 20, p. 1013-1035, 2019.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha a 19 de Junho de 1999. Disponível em: http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2009/09/www.ufabc_edu_br_images_stories_pdfs_declaracaodebolonhaportugues.pdf. Acesso em: jan. 2020.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O que é o RUF**. 2018. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2017/o-ruf/>. Acesso em: out. 2019.

HARVEY, L. *Rankings of Higher Education Institutions: A Critical Review*. **Quality in Higher Education**, v.14, n.3, p.187-207, 2008.

HAZELKORN, E. *Rankings and the Reshaping of Higher Education. The Battle for World-Class Excellence*. Nova York: Palgrave, Mac Millan, 2011.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas
ISSN 1984-6576.

E-202158

21

IKUTA, C. Y. S. **A qualidade no Programa universidade para todos (PROUNI) segundo os resultados de avaliação de cursos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LEITE, D. Ameaças pós-rankings sobrevivências das CPAS e da auto-avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n. 3, p.833-840, nov. 2008.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MARCHELLI, P. S. O novo projeto universitário no Brasil e o foco no currículo interdisciplinar. IN: NATAL, C. B *et al.* **UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2011, p.23-36.

MARGINSON, S.; VAN DER WENDE, M. *To rank or to be ranked: The impact of global rankings in higher education*. **Journal of studies in international education**, v.11, n. 3, p. 306-329, 2007.

ORDORIKA, I.; RODRÍGUEZ GÓMEZ, R. *El ranking Times en el mercado del prestigio universitario*. **Perfiles Educativos**, v. 32, n. 129, p. 8-29, 2010.

PILATTI, L. A.; CECHIN, M. R. Perfil das universidades brasileiras de e com potencial de classe mundial. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 23, n.1, p.75-103, mar. 2018.

RIGHETTI, S. **Qual é a melhor?** Origem, indicadores, limitações e impactos dos *rankings* universitários. 2016. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

RIGHETTI, S.; GAMBA, E. Categorização do Ensino Superior no Brasil: Diversidade e Complementariedade. IN: MARCOVITCH, J. (org.). **Repensar a Universidade II: Impactos para a Sociedade**. São Paulo: Com-Arte; FAPESP, 2019. pp. 139-157.

ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. Expansão da educação superior no Brasil e avaliação institucional: um estudo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na “Revista Avaliação”. **Série Estudos**, Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande/MS, n. 30, p. 167-181, jul./dez. 2010.

_____. Avaliação da Educação Superior no segundo governo Lula: “Provão II” ou a reedição de velhas práticas? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 21-38, jan./mar. 2011.

SALMI, J. *The Challenge of Establishing World-Class Universities*, *The World Bank*, 2009, 136p.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas
ISSN 1984-6576.

E-202158

SANTOS, R. da S. **Internacionalização da educação superior no Brasil: estudo exploratório sobre a política institucional da Universidade Federal do ABC (UFABC)**. 2018. 385p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2018.

SANTOS, S. M. dos; NORONHA, D. P. O desempenho das universidades brasileiras nos *rankings* internacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 186-219, mai/ago. 2016.

SIEBINGER, R. H. A expansão do Processo de Bolonha para a América Latina e as principais evidências de sua influência nas políticas de educação superior no Brasil. IN: BARREYRO, G.B.; HIZUME, G.C. (Orgs.). **Regionalismos e inter-regionalismos na educação superior: projetos propostas e influências entre a América Latina e a Europa**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2018, p. 89-117.

THIENGO, L.C. **Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VANZ, S. A. de S. *et al.* **Rankings** universitários internacionais e o desafio para as universidades brasileiras. **Encontros Bibli**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 23, n. 53, p. 39-51, 2018.

VERHINE, R. E.; FREITAS, A. A. S. M. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v.3, n.7, p.16-39, 2012.

ZIMERMANN, A.; SILVA, S., J.; OLIVEIRA, V. E. A expansão do campo das políticas públicas na universidade brasileira: o caso da UFABC. IN: NATAL, C. B *et al.* **UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2011, p.72-87.

Material da pesquisa documental

CAPELLE, K. Qual é o melhor time de futebol do Brasil? **PesquisABC**, ed. 6, dez. 2012.

KAMIENSKI, C. A. Assessoria de Relações Internacionais. **PesquisABC**, ed. 15, dez. 2015.

_____. Internacionalização do ensino superior: um caminho sem volta. **PesquisABC**, ed. 19, abr. 2017.

KAMIENSKI, C. A internacionalização da pesquisa. **PesquisABC**, ed. 20, ago. 2017a.

RAMOS, M. S. C.; FREIRE, I. L. Conselho Editorial. **PesquisABC**, ed. 21, dez. 2017.

UFABC. **Projeto pedagógico**. 2006.

Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projetopedagogico.pdf;
Acesso em: dez. 2019.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas
ISSN 1984-6576.

E-202158

_____. **Apresentação do Projeto pedagógico.** 2006a. Disponível em:
<http://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/projeto-pedagogico-institucional>. Acesso em:
jan., 2020.

_____. **Edital do vestibular UFABC 2006.** 2006b. Disponível em:
http://prograd.ufabc.edu.br/images/pdf/edital_vestibular2006.pdf. Acesso em: jan. 2020.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2008-2012.** Santo André, dez. 2008.
Disponível em: http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/PDI_UFABC_2008_2012.pdf. Acesso em: dez. 2019.

_____. Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). UFABC aparece em *ranking* internacional. **Portal da UFABC**, 10 nov. 2010.

_____. Universidade sobe mais de três mil posições em *ranking* acadêmico. **Portal da UFABC**, 10 ago. 2011.

_____. Universidade avança em *ranking* internacional. **Portal da UFABC**, 16 fev. 2012.

_____. *Ranking* internacional confirma classificação da UFABC entre as melhores universidades do mundo. **Portal da UFABC**, 10 ago. 2012a.

_____. UFABC lidera entre universidades brasileiras em *ranking* internacional. **Portal da UFABC**, 22 ago. 2012b.

_____. UFABC está entre as 18 melhores no quesito qualidade de pesquisa em *ranking* nacional. **Portal da UFABC**, 3 set, 2012c.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2013-2022.** Santo André, 2013. Disponível em: http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/PDI_UFABC_2008_2012.pdf. Acesso em: dez. 2019.

_____. Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). Universidade ocupa primeiras posições em *ranking* de produção científica. **Portal da UFABC**, 14 ago. 2013a.

_____. Aos 7 anos, UFABC lidera *ranking* no quesito internacionalização. **Portal da UFABC**, 11 set. 2013b.

UFABC. A UFABC no RUF. **Portal da UFABC**, 20 set. 2013c. Disponível em:
<http://www.ufabc.edu.br/noticias/a-ufabc-no-ruf>. Acesso em: jan. 2020.

_____. Universidade é destaque em índices de qualidade. **Portal da UFABC**, 9 dez. 2013d.
UFABC. Jornal destaca internacionalização da UFABC. **Portal da UFABC**, 15 jan. 2014.

_____. UFABC aparece bem colocada em novo *ranking* internacional. **Portal da UFABC**, 31 mar. 2014a.

_____. Pró-reitoria de Pesquisa (PROPES). Entrevista: Pró-reitor de Pesquisa fala de desafios e perspectivas de sua gestão. **PesquisABC**, ed. 10, abr. 2014b.

_____. Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). Novo *ranking* universitário corrobora boa posição da UFABC. **Portal da UFABC**, 10 jun. 2014c.

UFABC. Pró-reitoria de Pesquisa (PROPES). Conselho editorial. **PesquisABC**, ed. 11, ago. 2014d.

_____. *Ranking* holandês ratifica posição da UFABC. **PesquisABC**, ed. 11, ago. 2014e.

UFABC. Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). UFABC sobe 21 posições no RUF e mantém 1º lugar em internacionalização. **Portal da UFABC**, 8 set. 2014f.

_____. Os oito anos de UFABC: sobre aniversários, números redondos e sonhos audaciosos. **Portal da UFABC**, 11 set. 2014g.

_____. *Ranking* de universidade turca coloca a área de Ciências Físicas da UFABC entre as 4 melhores do Brasil. **Portal da UFABC**, 27 fev. 2015.

_____. Reitores da UFABC e USP discutem possibilidades de cooperação. **Portal da UFABC**, 13 maio 2015a.

_____. UFABC atinge excelentes colocações em recentes *Rankings* Universitários. **Portal da UFABC**, 24 jul. 2015b.

UFABC. UFABC mantém 1º lugar em internacionalização no *ranking* RUF. **Portal da UFABC**, 14 set. 2015c.

_____. Universidade alcança sexta posição em *ranking* da *Nature*. **Portal da UFABC**, 2 maio 2016.

_____. Qualidade da UFABC reconhecida em novo *ranking* internacional. **Portal da UFABC**, 7 jul. 2016a.

_____. UFABC recebe reconhecimentos externos durante comemoração de 10 anos. **Portal da UFABC**, 27 set. 2016b.

_____. UFABC é a 4ª melhor universidade do Brasil segundo site norte-americano. **Portal da UFABC**, 27 out. 2016c.

_____. UFABC reconhecida entre as universidades dos BRICS. **Portal da UFABC**, 1 dez. 2016d.

UFABC. Pró-reitoria de Pesquisa (PROPES). Texto do Conselho Editorial. **PesquisABC**, ed. 18, dez. 2016e.

_____. Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). Pesquisa na UFABC alcança qualidade em década de expansão. **PesquisABC**, ed. 18, dez. 2016f.

_____. **Projeto pedagógico institucional 2017**. Santo André, 2017. Disponível em:
http://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf.
Acesso em: abr. 2018.

_____. Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). UFABC mantém nota máxima em
avaliação do MEC. **Portal da UFABC**, 9 mar. 2017a.

_____. Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). UFABC é a 18ª melhor universidade
do mundo criada no século 21. **Portal da UFABC**, 6 abr. 2017b.

_____. UFABC melhora posição em *ranking* internacional. **Portal da UFABC**, 20 jul.
2017c.

_____. Mais um *ranking* internacional posiciona a UFABC entre as melhores do mundo.
Portal da UFABC, 16 out. 2017d.

_____. Universidade alcança faixa máxima em índice nacional de avaliação. **Portal da
UFABC**, 30 nov. 2017e.

_____. Universidade Federal do ABC avança em *ranking* internacional. **Portal da UFABC**.
9 mai. 2018.

_____. Estudo mostra UFABC ao lado de universidades europeias em colaboração
internacional. **Portal da UFABC**. 29 ago. 2018a.

_____. UFABC é a 10ª melhor universidade brasileira em *ranking* internacional. **Portal da
UFABC**, 7 nov. 2018b.

_____. Universidade obtém nota máxima em índice de qualidade. **Portal da UFABC**, 18
dez. 2018c.

_____. *Ranking* internacional mantém UFABC entre as melhores instituições. **Portal da
UFABC**, 15 jan. 2019.

_____. *Ranking* internacional de impacto social mostra UFABC entre as melhores do Brasil.
Portal da UFABC, 5 abr. 2019a.

_____. Universidade aparece entre as dez nacionais em *ranking* internacional. **Portal da
UFABC**, 25 abr. 2019b.

_____. UFABC entre as melhores da América Latina segundo *ranking* internacional. **Portal
da UFABC**, 26 jun. 2019c.

UFABC. *Ranking* CWUR coloca UFABC entre as duas mil melhores universidades do
mundo. **Portal da UFABC** 9 ago. 2019d.

_____. Relatório de Produção Científica mostra trajetória histórica da pesquisa na UFABC. **Portal da UFABC** 23 ago. 2019e.

_____. Percepção internacional da UFABC é destaque em *ranking* do Times Higher Education. **Portal da UFABC** 11 set. 2019f.

_____. Universidade Federal do ABC integra o *Ranking QS Latin America* 2020. **Portal da UFABC** 24 out.2019g.

_____. UFABC figura entre as 100 universidades jovens mais bem-sucedidas do mundo. **Portal da UFABC** 5 nov.2019h.

_____. Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI). UFABC tem conceito máximo em indicador de qualidade de seus cursos. **Portal da UFABC** 12 dez. 2019i.